# Romper o Bloqueio da Desigualdade

Simon Schwartzman

Publicado como "Agenda 95: Idéias para romper o bloqueio da desigualdade". *O Estado de São Paulo*, 3 de julho, p. H1.

Parar a inflação parece impossível para os brasileiros, mas tem sido realizada em todo o mundo, e o plano real tem tudo para dar certo. A expectativa é que uma moeda estabilizada reative a economia, ainda que não seja impossível um cenário de estabilidade monetária e estagnação econômica. Com a moeda estável e a economia funcionando, chegaremos rapidamente ao núcleo da agenda para 95 e as próximas décadas, que é o problema da incorporação da grande maioria aos benefícios e oportunidades de trabalho de uma sociedade moderna e desenvolvida.

O desenvolvimento econômico brasileiro sempre foi excludente, e a modernização que se espera para os próximos anos, caracterizada pelo uso intensivo de tecnologias avançadas, abertura internacional, preferência por profissionais qualificados e redução do setor público, pode acentuar ainda mais este quadro de exclusão. Duas linhas de ação são necessárias. A primeira, de longo prazo, é educar a população, aumentando sua capacidade de trabalho produtivo e possibilidades de renda. É uma tarefa para décadas, dado o quadro lastimável do ensino público, e a grande massa de analfabetos funcionais que devem existir. A segunda é desbloquear a sociedade, abrindo os monopólios e as situações cristalizadas que garantem, de forma precária, os interesses de poucos, em detrimento dos demais.

As raízes mais profundas da desigualdade brasileira datam da colônia e da escravidão, e se consolidaram no período de "modernização conservadora" iniciada nos anos 30, e que teve sua culminação nos anos do "milagre" da década de 70. Muito já foi dito sobre o autoritarismo que caracterizou a maior parte destes anos, assim como sobre os "anéis burocráticos", na expressão de Fernando Henrique Cardoso, que vinculam o Estado a setores privados privilegiados. Pouco se falou, no entanto, sobre a natureza peculiar do processo de formação de uma ampla classe média, um proletariado urbano significativo e um funcionalismo público extenso que se desenvolveram concomitantemente. Estas classes médias em ascensão, à semelhança do que ocorreu antes nos países desenvolvidos, abraçaram os valores da participação política e da democracia, investiram em educação, apoiaram a expansão do "welfare state", e, em diversos momentos, foram às ruas em protesto contra as formas autoritárias de governo.

O que este processo teve de peculiar, em contraste com os países europeus que serviram de inspiração, foi sua extraordinária estreiteza. Boa parte da população ficou excluída, e os benefícios do desenvolvimento econômico e da modernização ficaram limitados a determinados setores. Em parte, estes benefícios decorreram da própria dinamização da economia, e do aumento da produtividade. Em grande parte, porém, eles se cristalizaram através de direitos formais assegurados aos detentores de diplomas, aos funcionários das empresas públicas, e às pessoas e grupos associados de uma forma ou de outra aos monopólios públicos e privados vinculados ao Estado. Com a crise dos anos 80, estes benefícios começaram a se estreitar, levando à mobilização destes setores médios para estancar suas perdas. O resultado foi o bloqueio progressivo das possibilidades de transformação do Estado e da sociedade, impedindo a implantação de políticas sociais eficazes, e tornando quase impossível o ordenamento da economia.

Exemplos desta situação estão por toda parte. Na legislação trabalhista, que restringe o mercado de trabalho formal, e cria reservas para determinadas categorias; na rigidez dos direitos do funcionalismo público, que impede a modernização do Estado; no sistema educacional, que beneficia o ensino superior gratuito e investe pouco e mal no ensino básico; na política fiscal, que beneficia a construção do carro particular e deixa de lado o transporte coletivo; na política de ciência e tecnologia, que destina recursos para bolsas de estudo e grandes projetos tecnológicos, com impacto desconhecido na educação profissional e na modernização efetiva do setor produtivo; na rigidez do sistema orçamentário, que vincula os recursos públicos a salários e quotas fixas de participação, deixando o governo federal sem meios para investimentos. Em cada uma destas áreas, as políticas em vigor não derivam, simplesmente, de uma tendência conservadora dos governos ou das elites, mas se dão dentro dos limites estabelecidos pela defesa corporativa dos interesses dos funcionários públicos, conselhos profissionais, professores, profissionais da saúde, grandes sindicatos, empresas estatais, empresas privadas associadas ao setor público e outros setores, limites hoje consagrados, em grande parte, na Constituição de 1988.

A grande dificuldade, que se tornará cada vez mais evidente a partir de 1995, é que políticas em benefício da grande maioria terão que se pautar por um processo intenso de desregulação, seja para aumentar a eficiência do Estado nas áreas de política social, educação e serviços básicos, seja para incentivar a competitividade e criar mais oportunidades de trabalho na economia de mercado. Será necessário reduzir ou eliminar os privilégios garantidos não somente aos monopólios privados (como diria a antiga esquerda) ou públicos (como insistem os liberais), mas inclusive a muitos setores das classes médias, sobretudo os dependentes do Estado, e que hoje, sofrendo na carne os custos da crise, ainda pretendem o monopólio da bandeira das reformas sociais e da renovação política.

O problema é que esta é ainda a antiga bandeira do Estado protetor, provedor e excludente, e que chegou a seu esgotamento. Muito dependerá, no futuro, da capacidade que tenham as lideranças políticas de dar viabilidade política a uma nova agenda de reforma, baseada na idéia de que o interesse coletivo pode ser distinto, e muitas vezes oposto, à simples soma dos interesses e privilégios de cada um.

-------------

Simon Schwartzman é professor de ciência política da Universidade de São Paulo, e atual presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.